

A Biblioteca do Senado

Sua história e a nova capital

Simone Bastos Vieira, Helena Celeste
Vieira e Stelina Martins Pinha

Sumário

1. Introdução. 2. A Biblioteca do Senado no Império. 3. A Biblioteca do Senado na República. 4. A Biblioteca do Senado em Brasília. 5. A Biblioteca do Senado hoje. 6. Considerações finais.

1. Introdução

O conceito de biblioteca e suas funções estão cada vez mais amplos, mas o foco para o desenvolvimento de seu acervo e serviços disponíveis devem sempre estar voltados para o seu usuário. Este conceito foi expandido por Crawford e Gorman (Koehler, 2004) e apresentado em cinco leis de uma biblioteca:

- bibliotecas servem à humanidade;
- respeito a todas as formas em que o conhecimento é transmitido;
- uso de tecnologia inteligente para melhorar os serviços;
- proteção ao livre acesso ao conhecimento; e
- honrar o passado e criar o futuro.

O direito à informação, para a Biblioteca do Senado, é um bem social e um direito coletivo, equiparado a tantos outros direitos fundamentais, tais como o direito à educação, à saúde, à moradia, à justiça etc. Para preservar esse direito, em seus 184 anos de existência a Biblioteca vem preservando e disponibilizando um acer-

Simone Bastos Vieira é Diretora da Secretaria de Biblioteca.

Helena Celeste Vieira é Diretora da Subsecretaria de Pesquisa e Recuperação de Informações Bibliográficas.

Stelina Martins Pinha é Diretora da Subsecretaria de Processamento Técnico de Informações Bibliográficas.

vo de livros, revistas, jornais, CDs, bases de dados, entre outras mídias. Para uma biblioteca, não basta guardar um tesouro: é preciso desenhar o seu mapa e oferecer a chave da arca. Afinal, uma de suas principais funções é mostrar os caminhos para a informação existente em suas prateleiras e bases de dados.

Os objetivos de uma biblioteca legislativa são os de prover a informação de natureza técnico-científica necessária ao órgão legislativo a que está vinculada. Haverá características próprias em cada órgão, determinadas por fatores como o seu nível (municipal, estadual, federal) e a sua estrutura, mas existe evidentemente algo comum em relação à necessidade de informação, que determina que as bibliotecas legislativas tenham algumas características em comum.

Assim, é fato evidente que a coleção dessas bibliotecas concentra-se na área de ciências sociais, de uma forma ampla. Não faria sentido, por exemplo, que elas dessem ênfase a livros especializados em áreas como medicina ou engenharia. A natureza da coleção, por sua vez, determina outros tantos parâmetros como, por exemplo, a importância de materiais mais antigos, em comparação com uma biblioteca da área de ciências exatas ou naturais.

O conceito de poder legislativo, na medida em que os parlamentares são representantes do povo, por estes eleitos, pressupõe um relacionamento muito íntimo entre o povo e seus representantes. Tal ideia está refletida em expressões populares tais como “casa do povo” no sentido de que são um reflexo de seus representados e das múltiplas facetas que caracterizam o povo. Na verdade, muitas vezes acabam por abrigar o povo no sentido literal da palavra, seja quando os parlamentares recebem seus representados nos gabinetes e atendem, inclusive, a solicitações de ordem pessoal, seja quando a instituição acolhe grupos que, por razões de ordem diversa, precisam utilizar as dependências do parlamento.

2. A Biblioteca do Senado no Império

A história da Biblioteca do Senado Federal, hoje, em homenagem ao seu patrono, denominada *Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho*, está intrinsecamente relacionada à própria história do Senado, que teve sua primeira reunião de senadores em 6 de maio de 1826. A história da Biblioteca inicia-se dias depois, em 18 de maio de 1826, quando a Câmara dos Senadores do Império do Brasil decidiu pela criação da Livraria do Senado.

A iniciativa de criação da Biblioteca deveu-se a um ilustre baiano, o Visconde de Cayru, então Barão, que tendo sido nomeado membro da Comissão de Legislação, manifestou ao presidente da Sessão do Senado, à época Visconde de Santo Amaro, a necessidade de aquisição de algumas obras para auxiliar os senadores nos trabalhos legislativos e, assim, da discussão dos dois, surgiu a idéia da criação de uma livraria ou biblioteca para o Senado.

Com o passar dos anos, os senadores passaram a se preocupar com a constituição de um setor especializado e responsável pela manutenção de documentos e livros. Desta feita, em outubro de 1866 o Visconde de Abaeté, presidente do Senado, propôs que se encomendassem livros na Europa utilizando-se as sobras orçamentárias e, assim, o Senado pudesse ter uma livraria digna. Na época, o Plenário, preocupado com o alto preço dos livros, recomendou uma pesquisa de preços no Brasil antes que a compra fosse efetuada. Coube à Embaixada do Brasil, em Lisboa, a tarefa de comprar as publicações, na sua maioria em francês, italiano e latim na Europa.

Imbuídos do espírito de ajudar de maneira significativa e prática a organização da Biblioteca, ainda em 1866, o Visconde de Abaeté, o senador José da Silva Mafra, o diretor da Primeira Secretaria Ângelo Thomaz do Amaral, doaram obras de suas coleções particulares. A doação mais significativa de 56 obras em 290 volumes coube ao membro

da Câmara Provincial de Minas Gerais, Melchior Carneiro de Mendonça Franco.

Com o Senado sob a Presidência de Manoel Victorino Pereira, a Biblioteca ganha novo impulso. Segundo o Relatório do Presidente do Senado Federal, do ano de 1896, houve autorização de nova verba para a aquisição de publicações e a construção de uma nova sala para abrigar a Biblioteca. O acervo contava com 6.000 volumes, além de 100 revistas e jornais. Ainda de acordo com o relatório, possuía tudo o que havia de mais atualizado ou de mais selecionado nos diversos ramos do Direito. As obras, muitas das quais o relatório menciona, foram compradas no exterior, no Brasil, ou recebidas por doação, como as ofertadas pelo Senador Quintino Bocayuva.

Ainda por iniciativa do Presidente Manoel Victorino Pereira foi construída uma nova sala para a Biblioteca, tendo em vista os problemas anteriores de higiene e necessidade de aumentar o espaço físico, no terreno existente ao lado do edifício do Senado.

Outro importante marco para a Biblioteca do Senado nesse período foi a elaboração de catálogo sistemático das obras da Biblioteca. O Sr. Villa Lobos, empregado da Biblioteca Nacional, a pedido do Presidente, foi cedido ao Senado Federal, pelo Ministro do Interior, com o objetivo de organizar a coleção e elaborar o catálogo da Biblioteca.

O primeiro *Catálogo Alfabético: Bibliotheca do Senado Federal dos Estados Unidos do Brazil* foi editado somente em 1898. A obra relaciona alfabeticamente os livros, periódicos, mapas, plantas e cartas geográficas, totalizando 3359 itens e hoje encontra-se armazenado na Coleção de Obras Raras da Biblioteca do Senado.

3. A Biblioteca do Senado na República

Em 19 de dezembro de 1898 entra em discussão única, e é aprovado, o Parecer da Mesa n. 218, de 1898, propondo a nomeação

para o cargo de Bibliotecário, na Secretaria do Senado, do cidadão Luiz de Andrade. O Senado registra em seu quadro funcional o primeiro bibliotecário, que, naquela época, acumulava o cargo de arquivista.

O Regimento Interno do Senado Federal de 1904, em seu artigo 219, apresenta a Biblioteca como órgão integrante da Secretaria do Senado, que contava com um único “bibliothecario e archivista”.

Desde a sua criação, a Biblioteca tornou-se indispensável como órgão de apoio aos trabalhos legislativos, passando a funcionar pela primeira vez separadamente do arquivo do Senado, em 1909.

Até 1924, a Biblioteca ocupou o Paço do Senado Federal, no Rio de Janeiro, anexo à sede do Palácio Conde dos Arcos. Posteriormente, mudou-se para o Palácio Monroe, onde permaneceu até 1960.

O golpe de Estado e a instalação do Estado Novo, em 1937, que dissolveu o Congresso Nacional, afetou consideravelmente a Biblioteca do Senado. Nesse período, o Ministério da Justiça passou a ocupar a sede do Senado, o Palácio Monroe. Como a administração do acervo ficou sem um responsável, várias obras do acervo da Biblioteca, incluindo obras raras e valiosas, acabaram desaparecendo da Instituição, acarretando várias falhas na coleção.

Em 1945, elegeram-se 320 parlamentares para a Assembleia Nacional Constituinte, com poderes para elaborar a nova Constituição do País.

O Congresso Nacional reabre em 1946 e em 27 de outubro do mesmo ano a Biblioteca do Senado inicia o registro de seu acervo ou do que restara dele. Com esse tombamento, todas as obras pertencentes ao acervo, mesmo aquelas adquiridas anteriormente a 1946, passaram a ter o registro daquele ano.

Em 1950, no *Regulamento da Secretaria e Quadro de Pessoal do Senado* a Biblioteca ganha uma estrutura administrativa composta de uma diretoria com três seções: uma para promover a classificação, catalo-

gação e conservação dos livros; outra para as consultas e empréstimos; e uma sessão de referência legislativa.

Em 29 de janeiro de 1953, a Comissão Diretora do Senado criou uma comissão de funcionários para estudar os serviços auxiliares da Casa, dentre os quais a Biblioteca se encontrava, e apresentar sugestões para o seu aprimoramento. O *Relatório e Anteprojeto de Resolução sobre os Serviços Auxiliares desta Casa do Governo, Apresentados à Comissão Diretora* em 26 de fevereiro de 1954, assim descreve a situação encontrada:

“Na Biblioteca, além das condições desfavoráveis das instalações e do reduzido número de funcionários, observa-se falta de coerência na divisão dos seus serviços. Parece-nos, de um lado, que se deveriam separar de modo mais preciso as funções de administração e expediente das funções propriamente técnicas (classificação, catalogação e consultas) e que a seção de referência legislativa não deveria ficar adstrita a essa finalidade, mas estender-se a outros setores de investigação. Preferimos, porém, outra solução, qual a de tirar essa seção da Bibliotecária, para integrar novo órgão destinado a documentação.... Nota-se muita parcimônia na aquisição de livros. O processo é demorado e não se coaduna com os interesses de um órgão dessa natureza, que tem por fim servir ao Senado da República.”

O relatório também sugeriu a organização da estrutura dos serviços do Senado e suas atribuições, ficando na nova Divisão de Documentação a Diretoria da Biblioteca, a do Arquivo e a de Documentação.

4. A Biblioteca do Senado em Brasília

A instalação da nova capital da República em Brasília foi fixada pela *Lei nº 3.273, de 1º de outubro de 1957*, o que já havia sido determinado desde 1891, pelo art. 3º, da

Constituição do Brasil, de 24 de fevereiro daquele ano.

Em 14 de abril de 1960 o Senado Federal realizou a sua última sessão na cidade do Rio de Janeiro, onde, durante quase dois séculos, estivera sediada a capital federal.

Em 21 de abril de 1960 a capital federal foi transferida para Brasília. O ato solene de instalação do Congresso foi presidido pelo vice-presidente João Goulart. Na manhã do dia seguinte, o Senado realizou sua primeira sessão legislativa na nova capital, sob a presidência do senador Filinto Müller. Naquela data, apenas o prédio onde se localiza o Plenário havia sido concluído, assim mesmo com obras, ainda em fase de execução, e sem algumas das instalações indispensáveis ao seu funcionamento, como transmissão de som, campainhas, telefones e refrigeração.

Segundo o Relatório da Presidência do Senado de 1960, a transferência de vários setores administrativos do Senado para Brasília, inclusive a mudança da Biblioteca e do Arquivo, não foi possível de imediato pelos atrasos na construção dos prédios.

A primeira bibliotecária a chegar à Brasília foi Elsitá Campos da Paz, que chegou à cidade em 9 de maio de 1960. Elsitá, concursada e nomeada no cargo de auxiliar legislativo em 1956, tomou posse no Senado Federal em 14 de março de 1957. No entanto, só em 1959, após a aprovação em concurso interno, as bibliotecárias de formação: Elsitá Campos da Paz, Maria Rizza Baptista Dutra e Miriam Cortes Greig ocupariam o cargo de bibliotecárias no Senado Federal.

Segundo Elsitá, aos 26 anos, em 10 de maio de 1960, preparou-se para vir trabalhar na nova sede do Senado Federal em Brasília sem saber como chegar ao trabalho. Não tinha automóvel e não existiam frotas de ônibus. Soube, então, que os servidores do Senado seriam transportados por um ônibus especial que trariam os funcionários para o prédio do Congresso Nacional.

Ao chegar, perguntou: “Aonde fica a Biblioteca?”. A resposta que ouviu deixou-

a em pânico: “Que Biblioteca? Não existe ainda Biblioteca aqui”. Foi encaminhada para a Secretaria Geral da Mesa, para assessorar o Sr. Isaac Brown nos trabalhos legislativos. Começou a fazer análise dos Diários do Congresso, na então denominada Referência Legislativa.

Apenas em fins de agosto de 1960 a Biblioteca teve seu acervo instalado no Palácio do Congresso Nacional, já em condições de funcionar. Chegaram, logo em seguida, a bibliotecária Adélia Leite Coelho e os servidores da Biblioteca Maria Rizza Baptista Dutra e Rubens Pinto Duarte.

A diretora da Biblioteca na ocasião era Áurea de Barros Rego, que, ainda no Rio de Janeiro, encarregara os servidores do Senado Federal Adélia Leite Coelho, Elsita Campos da Paz e o contínuo Abel Ferraz de Macedo para encaixotar os livros, os periódicos, os diários oficiais e os outros materiais bibliográficos. Uma lista numerada foi preparada por eles e serviu para localizar as obras e reorganizar o acervo na nova sede. As caixas eram numeradas com a classificação dos livros para facilitar o retorno dos mesmos às estantes.

A Biblioteca passou então a funcionar no Anexo I do Senado Federal, dividida em vários andares: 3º ao 6º andar. No 3º andar ficava a coleção de periódicos, no 4º andar os livros, no 5º andar instalaram-se os funcionários, as seções administrativas e a coleção de obras raras, trancafiada em armários fechados e, finalmente, os diários no 6º andar

Com poucos servidores era difícil reorganizar o acervo da Biblioteca. Dessa forma, decidiu-se que as publicações seriam recolocadas nas estantes a medida em que os senadores necessitassem das informações. Se precisavam de um determinado livro, aquela caixa era aberta e seu conteúdo organizado nas estantes.

Uma curiosidade que vale a pena ser mencionada diz respeito à seleção dos servidores do Senado Federal que viriam para a nova capital federal. Segundo Elsita, os

funcionários do Senado podiam optar por vir ou permanecer no Rio de Janeiro, como foi o caso das bibliotecárias Miriam Cortes Greig e Duse Villas Boas que decidiram continuar no Rio de Janeiro.

Elsita conta ainda que ela e o marido, médico recém-formado, sonhavam em conhecer a nova capital e iniciar uma nova vida. A decisão foi tomada por um ideal, pela vontade de vencer na nova capital federal.

Em fins de 1960 são nomeadas para o Senado Federal duas bibliotecárias que se tornariam importantes diretoras da Biblioteca: Pérola Cardoso Raulino e Maria Eliza Nogueira Loddo.

Em junho de 1961, o servidor Rubens Pinto Duarte assume a direção da Biblioteca do Senado e as bibliotecárias Elsita e Rizza tornam-se chefes da Seção de Administração da Biblioteca e da Seção de Referência Legislativa da Biblioteca, respectivamente.

Em 1965 a Biblioteca passa a ser dirigida pela senhora Maria do Carmo Rondon e, em 1966, por José Soares de Oliveira. A partir de 1968, uma nova era de melhorias chega à Biblioteca do Senado, contrapondo-se às dificuldades políticas brasileiras marcadas pelo militarismo. Na gestão do então presidente do Senado, senador Gilberto Marinho, o acervo da Biblioteca foi atualizado e enriquecido com obras técnicas e de referência em diversas áreas do conhecimento. Outro destaque, nesse ano, foi a criação do Serviço de Reprografia do Senado Federal, que funcionaria na Biblioteca, com a aquisição de máquinas reprográficas, mimeógrafos eletrônicos e duplicadoras para a reprodução das fichas catalográficas do novo fichário manual.

Em 1968, depois de 142 anos de existência da Biblioteca, o Senado passou a cumprir a lei na qual somente bacharéis em Biblioteconomia exerceriam a chefia do órgão, o que já havia sido determinado pela *Lei 4.084, de 1962*. Assume, então, pela primeira vez, a direção da Biblioteca do Senado uma bibliotecária, Adélia Leite

Coelho, que permaneceu no cargo até 1980. Para homenageá-la após sua morte, em 1998 foi criada a Sala Adélia Leite Coelho, com o acervo de obras raras da Biblioteca do Senado.

Em 1968 houve a realização do primeiro concurso público para bibliotecário, com disponibilidade de 2 (duas) vagas. Candidatos de diversas partes do país acorreram a Brasília para fazer as provas que levariam à nomeação para o cargo. As vagas foram preenchidas pelas bibliotecárias Maria Luitza e Maria Lúcia Villar de Lemos, sendo que a última veio a ser diretora da Biblioteca vários anos depois.

Ainda no ano de 1968, o senhor John Dere realizou uma consultoria para a Biblioteca, que possibilitou a criação de um programa para facilitar a aquisição de livros. Esse processo para a compra de livros funcionou até 1971, por meio de listagens geradas automaticamente e distribuídas para potenciais fornecedores no país.

Embora a Biblioteca estivesse vivendo um bom momento e recebendo todo o apoio dos senadores, em 13 de dezembro de 1968 o Presidente Costa e Silva fechava o Congresso Nacional, símbolo da democracia brasileira. Nesse mesmo dia, a Biblioteca ganhava um equipamento da IBM que permitia a entrada de dados por meio de cartão perfurado.

O Ato Institucional nº 5, AI-5, era decretado pelo presidente Costa e Silva e vigoraria até 1979. O período de restrição às liberdades individuais atingiu, significativamente, a disseminação de informações, e, conseqüentemente, afetou a Biblioteca do Senado. No período em que o Congresso permaneceu fechado, os serviços da Biblioteca continuaram funcionando, porém em um ritmo bem menor com a ausência dos parlamentares. O crescimento do acervo, por exemplo, foi praticamente interrompido, pois não havia recursos para a aquisição de novas obras, contando apenas com as publicações que eram recebidas por doação.

Em julho de 1970, o governo publicou uma lista de 20 (vinte) livros que deveriam ser apreendidos e não mais circular no país por serem considerados de conteúdo subversivo. A Biblioteca do Senado possuía mais da metade dos livros da lista e, para evitar a apreensão e preservar a memória documental, algumas bibliotecárias daquela época recolheram os livros e os guardaram secretamente, restituindo-os às estantes após a redemocratização do país.

O ano de 1972 trouxe importantes avanços para a Biblioteca. O acervo foi transferido para o térreo de um novo prédio, anexo à Casa, recém-inaugurado, atual Anexo II. Finalmente, a Biblioteca passava a funcionar em um local adequado e moderno, com equipamentos e acomodações necessários aos seus serviços. As coleções da Biblioteca também foram enriquecidas. Em 1973, o acervo já contava com 68.206 volumes e 1.326 títulos de periódicos.

Em 1972, o Centro de Processamento de Dados do Senado Federal - Prodasen, foi criado pelo senador Petrônio Portela, então presidente do Senado, fato que teria grande impacto no futuro da Biblioteca. O senador Petrônio Portela propôs, de forma visionária, a criação de uma rede de informações, onde bibliotecas dos três Poderes da República estariam interligadas, falando uma única linguagem e mantendo serviços cooperativos. Essa rede foi denominada Subsistema de Administração de Bibliotecas - SABI.

Em 1976, Petrônio Portella (O SO-NHO...) afirmou:

“Meu sonho é catalogar os livros de todas as bibliotecas de Brasília no Centro de Processamento de Dados do Senado, de modo que ele indique onde se pode encontrar informação sobre qualquer assunto, da cibernética ao Gênesis, aqui na capital.”

Esse trabalho possibilitou a criação de bancos de dados e linguagens de indexação hoje utilizadas amplamente por diversas bibliotecas. A padronização permitiu a

integração dos sistemas de catalogação, classificação e indexação de documentos, levando à criação da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI, em 2000, hoje considerada uma referência em informação na área de Ciências Sociais no Brasil.

Outros produtos e serviços foram criados nesse período, como o serviço de recorte de jornais. No início de 1974, a bibliotecária Pérola Cardoso Raulino, chefe da Seção de Referência e mais tarde diretora da Biblioteca, trazia exemplares do *Jornal do Brasil* de casa para executar o serviço. Somente meses mais tarde, o Senado passou a fazer a assinatura de oito jornais diários de circulação nacional. Com relação ao acervo, na década de 70, a incorporação de novos títulos se deu à média de 4,2 mil livros por ano.

Em 1979, a Comissão Diretora do Senado proporcionou significativas melhorias nas instalações físicas da Biblioteca. Segundo BAROUD (2009, p. 33-37):

“Certo dia, várias pessoas estavam sentadas em volta de uma mesa redonda na Primeira-Secretaria, o Senador Alexandre Costa disse que pensava em fazer umas reformas na biblioteca do Senado. Ele achava que a mesma era apertada, não oferecia muito conforto aos usuários etc. meio ultrapassada, mesmo, segundo ele.

[...] E por aí foi, expondo as diversas modificações que pretendia fazer naquela unidade, tão procurada e utilizada, tanto pelo público interno, quanto externo. Nossa biblioteca é fonte de pesquisa para universitários de vários Estados e até de outros países, assim como por senadores, deputados, assessores parlamentares, funcionários do Legislativo e, de modo geral, estudantes e demais interessados.

[...] O movimento ali é muito grande. Como a mesma nunca teve nome específico, o Primeiro-Secretário resol-

veu homenagear o então Presidente do Senado – por sinal, membro da Academia Brasileira de Letras – ABL. o Senador Luis Viana Filho... não porque ele fosse o Presidente do Senado, mas era uma pessoa extremamente brilhante, inteligentíssimo, verdadeiro ‘gentleman’.”

Em homenagem ao presidente do Senado à época, a Comissão Diretora elegeu como patrono da Biblioteca, o ilustre senador, acadêmico e bibliófilo, o senador Luiz Viana Filho, e passou a denominar-se *Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho*.

A década de 1980 é marcada pela campanha das eleições diretas e pela instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que canalizou as expectativas acumuladas nas décadas anteriores de construção de um país democrático. Com expressiva participação popular, o Congresso tornou-se o fórum de debates dos temas constitucionais. A elaboração da nova Carta gerou grande demanda por informações de toda a natureza e a Biblioteca teve que concentrar seus esforços, para melhor atender às solicitações de pesquisa dos parlamentares.

Na primeira fase da Constituinte, quando estavam em funcionamento as comissões temáticas, a Biblioteca foi muito requisitada para consultas. Senadores e suas assessorias solicitavam pesquisas sobre vários assuntos, principalmente sobre o direito comparado, tendo em vista que os congressistas precisavam ser informados sobre o tratamento do tema no ordenamento jurídico de outros países. O trabalho da Biblioteca também aumentou significativamente, devido à grande demanda proveniente da população, cuja participação foi intensa no Parlamento naqueles anos (Cf. LODDO, 1988).

Para que o atendimento continuasse a ser feito com qualidade, a Comissão Diretora, sob a Presidência do senador Humberto Lucena, por meio do *Ato da Comissão Diretora nº 45/88*, ampliou, em plena Constituinte, o número de bibliotecários no quadro funcional do Senado para 20, com a conse-

quente realização de concurso público para o preenchimento dos cargos. Três anos mais tarde, com o senador Mauro Benevides na Presidência da Casa, a *Resolução nº 33/91* passou o número de bibliotecários para 30 (trinta), quadro que permanece inalterado até os dias atuais.

O presidente José Sarney governou o País de 1985 até 1989, ano em que, após quase três décadas, o povo brasileiro escolheu em eleições diretas o presidente da República. Fernando Collor de Melo tomou posse como presidente da República em 1990 e foi afastado do governo dois anos e meio depois, com um inédito processo de *impeachment*, após a apuração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A partir desse fato, as CPIs passaram a ter grande relevância institucional, gerando novas demandas de informações para a Biblioteca do Senado.

O vice de Collor, Itamar Franco, assumiu a Presidência até 1994, quando ocorreram novas eleições que culminaram com a vitória do senador e ex-ministro da Fazenda do presidente Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, cujo mandato à presidência da República teve início em 1995.

Nesse período, a biblioteca prepara-se profissional e tecnologicamente, sob a direção de Silvana Lúcia Rios Safe de Matos e, posteriormente, de Genoveva Maria Almeida de Oliveira, para o mundo da rápida e precisa recuperação de informações digitais. Os produtos da Biblioteca passam a ser oferecidos em formato eletrônico.

Em março de 1997, com a bibliotecária Simone Bastos Vieira como diretora, foi lançada a página da Biblioteca do Senado na Internet, tornando disponível a consulta às bases de dados bibliográficos de livros e capítulos de livros, artigos de revistas e de jornais, coleção de periódicos e obras raras. Essas bases são alimentadas, cooperativamente, pelas bibliotecas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário com prioridade temática em Ciências Humanas e Sociais, destacando-se a área de Direito. A

versão cumulativa da Bibliografia Brasileira de Direito, desde 1980, e da Bibliografia de Eleições e Partidos Políticos passaram, também, a serem acessadas pela Internet.

Nessa gestão criam-se os boletins de disseminação seletiva de informações dirigidos às Comissões permanentes e/ou provisórias do Senado Federal. Também é criado o projeto "Quintas Culturais", com o objetivo de divulgar os valores científicos, culturais e artísticos da Casa e da comunidade brasiliense.

Em 7 de abril de 1999, depois de grande reforma, a Biblioteca foi totalmente remodelada, com mobílias, estantes e equipamentos modernos, distribuídos em 3.200 m², assumindo o espaço que ocupa até os dias de hoje. O presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, que autorizou a obra juntamente com o primeiro secretário, senador Ronaldo Cunha Lima, considerava que o regime democrático não existiria "se as Casas do Congresso não tivessem uma biblioteca de primeiro mundo". "Lutaremos principalmente nesses serviços, para propiciar, talvez no gênero, a mais eficiente biblioteca do Brasil, que deve ser frequentada democraticamente por todos que amam, que gostam dos livros", afirmou Antonio Carlos Magalhães.

Como reconhecimento da importância de seus produtos e serviços para as atividades do Senado e do Congresso, a Biblioteca foi elevada hierarquicamente, tornando-se Secretaria de Biblioteca, subordinada à Diretoria-Geral da Casa. Duas subsecretarias foram criadas. Uma para coordenar o atendimento aos usuários e elaboração de pesquisas e outra para realizar o processamento técnico de informações de todos os documentos do acervo.

Assim, a Subsecretaria de Processamento Técnico de Informações Bibliográficas coordena as atividades de desenvolvimento de coleções, de processamento de livros, jornais, artigos de revistas, de revistas e do acervo digital. Esse é o órgão competente para definir a política de processamento

técnico do acervo e colaborar nas exposições e eventos sediados na Biblioteca.

A política de atendimento aos usuários fica a cargo da Subsecretaria de Pesquisa e Recuperação de Informações Bibliográficas, que coordena as atividades de pesquisa parlamentar, recuperação de informações bibliográficas, circulação, manutenção e conservação do acervo. Os servidores desse órgão orientam os usuários na utilização dos recursos da Biblioteca; colabora na edição de bibliografias e outros produtos e no controle da linguagem documentária utilizada na Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI; acompanham visitantes e supervisionam os trabalhos reprográficos de todo o Senado Federal.

5. Biblioteca do Senado hoje

A Biblioteca do Senado nos dias de hoje dispõe de um acervo multidisciplinar, tendo em vista que, como biblioteca parlamentar, a informação tem a finalidade de subsidiar os trabalhos parlamentares, com a profundidade e a atualidade necessárias em razão da diversidade dos assuntos discutidos no Congresso Nacional.

Com essas características em vista, o acervo pode ser dividido em duas partes, segundo a relevância dos assuntos: Núcleo Básico, que reúne os assuntos prioritários para o processo legislativo (Direito, Ciência Política e Administração) compreendendo 60% do acervo e o Núcleo complementar, que inclui todas as demais áreas de conhecimento, para fundamentar a elaboração das leis e dos discursos parlamentares, bem como os assuntos afetos às áreas de interesse das comissões permanentes do Senado e às atividades técnicas e administrativas da Casa.

O acervo da Biblioteca do Senado atualmente é composto por, aproximadamente, 163 mil volumes de livros, dos quais 11 mil são obras de referência (dicionários, enciclopédias, glossários etc.) e, ainda, 22 mil folhetos (obras com até 48 páginas). Os

periódicos (revistas e jornais) correntes, interrompidos ou extintos totalizam 4,3 mil títulos. Esses números são dinâmicos com variações de um ano para outro, mas o crescimento médio da coleção de livros é de 5 mil, enquanto a coleção de periódicos cresce em média 15 mil fascículos ao ano.

A coleção de publicações periódicas, uma das maiores da Biblioteca do Senado, com 246 mil fascículos, engloba revistas, anuários, boletins, almanaques e jornais impressos, em microfilmes e em formato eletrônico.

O acervo de periódicos possui preciosidades como o *Courrier de la Conférence de La Paix* da conferência de Paz, em Haia, na Holanda, quando o Brasil foi representado por Rui Barbosa, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal impresso no Brasil, o periódico *Novo Mundo*, no qual colaboraram Machado de Assis e José de Alencar, e a *Revista Moderna*, impressa em Paris e que introduziu o que havia de mais avançado nos periódicos nos anos de 1887 a 1889. A Biblioteca inclui, ainda, revistas mais modernas com a *Klaxon*, divulgadora do movimento modernista brasileiro, o *Cruzeiro*, famosa revista semanal, e a *Careta*, revista ilustrada de crítica dos costumes sociais e políticos, são outros exemplos da grandiosidade da coleção de periódicos.

Desde 1974, a Biblioteca do Senado seleciona e indexa artigos de jornais. Atualmente, a coleção compõe-se de cerca de 71 mil exemplares de jornais e 3 milhões de recortes, selecionados de 12 jornais brasileiros: *O Globo*, *O Dia*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna do Brasil*, *Tribuna da Imprensa*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Gazeta Mercantil*, *Correio Braziliense*, *Jornal de Brasília* e *Valor Econômico*. Todo esse volume de informações está armazenado em cerca de 7 mil assuntos organizados em pastas. Desde 1987, uma base de dados de jornais reúne artigos de opinião, especialmente aqueles assinados por senadores.

A partir de 2004, foi implantado o Banco de Notícias (BNOT). Trata-se de um sistema

de clipping eletrônico de recortes de jornais, em texto completo, com 143 mil documentos que, em 2007, passaram, também, a integrar a Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF). O BNOT visa agilizar a forma de acesso, recuperação e armazenamento das informações jornalísticas processadas pela Biblioteca. Utiliza-se uma ferramenta de pesquisa simples e prática de captura e armazenamento de notícias publicadas na Internet. Os seguintes jornais fazem parte do Banco de Notícias: *Correio Braziliense*, *Gazeta Mercantil*, *Jornal do Brasil*, *Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, e *Valor Econômico*. Pela atualidade e rapidez das informações dos diários, os recortes de jornais são uma das fontes de informação mais requisitadas na Biblioteca.

A coleção de obras de referência é composta por dicionários, enciclopédias, glossários, guias e assemelhados, considerados publicações de pesquisas rápidas. A Biblioteca do Senado possui 11 mil volumes com esse perfil. Como todo o acervo de livros e folhetos, seu acesso é livre para todos os usuários, porém a consulta é local, pois as obras, por sua finalidade, não podem ser liberadas para empréstimo.

Além de livros, outras mídias que contêm texto, som e imagem estão disponíveis na coleção de multimeios: CD-ROM, CDs de áudio, disquetes, DVDs, mapas, microfichas, microfilmes, fitas cassetes, fitas de vídeo, sítios de Internet, slides, entre outros. São encontrados, por exemplo, 4.132 microfilmes que incluem 103 títulos dos principais jornais editados no país a partir de 1810 e relatórios ministeriais e presidenciais da época do Império e da Primeira República. Os *Anais do Senado* e uma seleção de grandes momentos do parlamento brasileiro estão disponíveis em CD-ROM. Nesse formato, há 3,4 mil volumes na Biblioteca do Senado.

Com o intuito de preservar a memória editorial do Senado, desde 1996 encontra-se regulamentada pela *Resolução 66* a tarefa da Biblioteca de ser a guardiã de 6 (seis)

exemplares dos títulos publicados na Casa. A esse conjunto de obras, considerado importante para a formação do pensamento histórico, cultural e político brasileiro, deu-se o título de Coleção Depositária.

Funcionando como depositária, ainda, de outros organismos públicos e internacionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Biblioteca reúne outros 8 mil volumes.

A coleção em Braille, iniciada em 2005, possui 100 itens, editados, em sua maioria, pelo Senado. Entre eles destacam-se a Bíblia, a Constituição do Brasil, constituições estaduais e leis orgânicas de capitais editados na linguagem especial para deficientes visuais.

5.1. Coleção de obras raras

O valioso acervo raro da Biblioteca do Senado é composto por 6.400 volumes, entre livros e periódicos, que se encontram armazenados em sala cofre climatizada, em condições de temperatura e umidade apropriadas para sua perfeita conservação. O acervo contém obras com mais de 300 anos, sendo a mais antiga *Novvs Orbis, seu, Descriptionis Indiae Occidentalis*, de Johannes de Laet, datada de 1633, é uma descrição geográfica, científica, etnológica e linguística da América. De Laet, geógrafo, historiador flamengo e diretor da Companhia das Índias Ocidentais, traz em sua obra relatos e desenhos dos animais e plantas da região, com especial destaque para o Brasil.

A conservação e restauração das obras raras é uma preocupação constante da Biblioteca, uma vez que o estado de deterioração em que se encontravam, em 1997, era inquietante. Por essa razão, iniciou-se um projeto de conservação e restauração das obras com o Centro de Documentação da Fundação Universidade de Brasília (Cedoc).

Inicialmente, foi realizado um diagnóstico completo do estado de cada volume a

fim de se conhecer as causas que diminuem o tempo de vida do documento. Isso permitiria a tomada de decisões no sentido de se criar condições favoráveis à conservação, restauração e armazenagem das obras, reduzindo ao máximo os fatores de degradação do papel.

O trabalho de restauração teve início em outubro 2004, com a orientação de se conservar ao máximo a integridade e a originalidade dos 4.000 volumes de obras raras selecionadas. Procurou-se respeitar as características originais e as intervenções recebidas ao longo da história do documento, como anotações, ex-libris, cartas e documentos anexados, entre outros.

Todo o trabalho encontra-se acompanhado de um dossiê onde consta o estado em que a obra foi encontrada, a respectiva ficha técnica e detalhes dos procedimentos realizados, especificando os materiais usados e orientações quanto ao manuseio e armazenamento. Fotografias registram as condições dos livros antes e depois das intervenções. A conservação e restauração dessa coleção garante a proteção da herança material, cultural e histórica do país e possibilitará que um maior número de pessoas, pelas próximas décadas, tenham acesso a essas valiosas informações.

Até outubro de 2009 a consulta à coleção de obras raras se restringia às dependências da Biblioteca do Senado e com a assistência de um bibliotecário. A restauração e conservação do acervo raro permitiram a sua digitalização e um avanço significativo no seu acesso. Nesse processo, as obras raras são digitalizadas seguindo todos os conceitos de preservação digital, onde são gerados arquivos digitais que reproduzem fielmente todas as características da obra. Decorridos 5 anos do início do projeto de restauração, a Biblioteca do Senado Federal lançou sua Coleção Digital de Obras Raras em outubro de 2009. Em junho de 2010 mais de 70.000 páginas já se encontram digitalizadas, colocando suas raridades à disposição do país e do mundo na internet.

5.2. Coleção Luiz Viana Filho

O jornalista, acadêmico e ex-senador pela Bahia Luiz Viana Filho, patrono da Biblioteca do Senado Federal e de quem herdou seu nome, foi também um grande bibliófilo, colecionador de livros raros, preciosidades da Literatura e da História universais e brasileiras. Após sua morte, em 1997, sua coleção de 11.740 volumes foi adquirida pelo Senado Federal e incorporada ao acervo da Biblioteca.

Preciosidade disputada por bibliófilos em sebos e casas de livreiros por todo o país, a coleção de Luiz Viana Filho inclui primeiras edições de obras nacionais de autores consagrados, entre eles clássicos da literatura brasileira como Machado de Assis, Eça de Queiroz, José de Alencar, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Graciliano Ramos. Destaca-se na coleção o manuscrito com os versos de *O casamento do diabo*, de Machado de Assis, escrito pelo próprio autor, e publicado anonimamente na *Semana Ilustrada*, em 29 de março de 1863.

Entre as obras consideradas raras que tratam de política, a biblioteca particular de Luiz Viana Filho reuniu diversos textos e discursos de José de Alencar, político que se notabilizou no Império, participante do Senado e de diversos gabinetes. A coleção reúne ainda a coletânea do mensário *As Farpas*, lançado em 1871 por Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. Nela, os autores são pioneiros ao fazer a crítica política e social utilizando uma veia cômica.

Uma das áreas de maior interesse de Luiz Viana Filho, sua coleção reuniu ao longo dos anos textos clássicos para a formação da historiografia nacional. Entre as obras estão edições dos séculos XVIII e XIX, que serviram para pesquisadores conhecerem mais sobre o país a partir do relato de seus primeiros observadores. Entre as obras está *History of Brazil*, de Robert Southey, datado de 1810, e *História Trágico-Marítima...*, de Bernardo Gomes de Brito, de 1735.

Grande parte dos primeiros escritos a respeito da exploração da geografia e da

formação da identidade do Brasil como nação se deve a viajantes estrangeiros que por aqui passaram e expedicionaram entre os séculos XVI e XIX. Deixaram diversas obras que até hoje continuam importantes para a compreensão do país. Muitas delas fazem parte do acervo de Luiz Viana Filho, hoje disponíveis na Biblioteca do Senado. A mais antiga da coleção é *Nouveau Voyage au Tour du Monde*, de M. Le Gentil, uma publicação de 1728.

A coleção Luiz Viana Filho possui um conjunto de obras históricas acerca da atuação da Companhia de Jesus no Brasil, cujas origens encontram-se em Paris, no ano de 1534, quando Inácio de Loyola e seis companheiros, egressos da Universidade de Paris, fizeram voto de pobreza e pregação do Evangelho na Terra Santa. Os primeiros missionários da Companhia chegaram ao Brasil em 1549, na Bahia, sendo um deles o Padre Manoel da Nóbrega, trazidos pelo governador-geral Tomé de Sousa. Exerceam intensa atividade de irradiação e com a vinda de outros jesuítas atingiram o Sul e o Norte do país na metade do século. Por onde passaram, construíram igrejas, criaram missões para a catequese dos índios e fundaram colégios

5.3. Coleção especial

Reúne 196 publicações que se diferenciam do restante do acervo, por serem de grandes dimensões, folhas avulsas, desenhos e gravuras valiosas ou publicações com ilustrações de artistas famosos. Também estão nesse grupo, obras consagradas, de exemplar único ou tiragem limitada e numerada, que ainda não são consideradas raras, mas que merecem uma preservação e armazenamento especial. *Hiléia Amazônica*, de Gastão Cruls, é um belíssimo exemplo de obra com essas características. Apresenta 48 pranchas de aquarelas coloridas que retratam a fauna, flora, etnografia e arqueologia da Amazônia.

Livros confeccionados por processos artesanais, não convencionais para os

dias de hoje, também são considerados especiais, para integrar essa coleção. Essas qualidades, afinal, fazem desses exemplares verdadeiros objetos de arte. Entre esses livros estão *Os Ratos*, de Dyonélio Machado e ilustrado por Enio Squeff, *Memórias posthumas de Braz Cubas*, de Machado de Assis, ilustrado por Candido Portinari, e *Noite*, de Érico Veríssimo, ilustrado por Danúbio Gonçalves, todos editados pela Confraria dos Bibliófilos do Brasil, da qual a Biblioteca do Senado é membro.

5.4. Bases de dados e recursos eletrônicos

As inovações tecnológicas permitiram o aparecimento de novas formas para suprir as necessidades de informação. Na Ciência da Informação e da Documentação despontaram inúmeras alternativas, propiciando o surgimento de empresas produtoras e distribuidoras de informação em suporte eletrônico. Como consequência, a biblioteca se deparou com o desafio de gerir uma avalanche de informações, ao mesmo tempo que teve ampliada sua capacidade de prover informações, diante da grande variedade de produtos oferecidos nos mercados nacional e estrangeiro.

Se, por um lado, as novas tecnologias e os conteúdos eletrônicos disponibilizados por meio de provedores de bases de dados e de recursos eletrônicos facilitaram e ampliaram as possibilidades de busca da informação, por outro lado forçaram as bibliotecas a manter suas coleções, não mais apenas em suporte impresso, mas também em suporte eletrônico. Os usuários, por sua vez, não ficaram imunes a essas mudanças e, a cada dia, se tornam mais exigentes, demandando rapidez, eficiência e conteúdo confiável para embasar seus trabalhos e suas necessidades.

A partir da página da Biblioteca na Internet, o usuário pode ter acesso a cerca de 50 recursos eletrônicos, nacionais e estrangeiros, que oferecem um grande volume de informações relevantes, fruto de um amplo trabalho de seleção de boas fontes

de informação realizado pela equipe da Biblioteca do Senado Federal. Os recursos eletrônicos são fontes de pesquisa bibliográfica e permitem acesso ao texto completo ou resumo de artigos de revistas científicas, conferências, livros e teses. Algumas bases estão disponíveis para acesso público gratuito, outras, por serem assinadas, possuem acesso restrito aos computadores conectados à Rede do Senado Federal ou por meio de senha cadastrada na Biblioteca. Essa foi mais uma fórmula encontrada para subsidiar trabalhos legislativos e acadêmicos, oferecendo bases de dados completas.

Acompanhando essas mudanças de perfil de acervo e usuários, a Biblioteca assina, atualmente, bases de dados estrangeiras de artigos de revistas e revistas eletrônicas de renomados editores internacionais, com destaque para as bases de dados dos seguintes fornecedores estrangeiros:

- Ebsco: conjunto de bases de dados multidisciplinares *Academic Search Premier*, e as específicas *Environment Complete*, *GreenFile*, *International Security & Counter Terrorism Reference Center*, *Political Science Complete* e *Public Administration Abstracts*, que fornecem texto completo de cerca de 9.800 publicações, entre os quais encontram-se mais de 4.500 revistas especializadas analisadas por especialistas. Além disso, apresenta indexação e resumo de cerca de 13.800 periódicos.

- Proquest: duas bases multidisciplinares são assinadas: *Proquest Research Library*, com documentos desde 1971, e *Proquest Social Science Journals*, com documentos de 1994 até o presente.

- Heinonline: considerada o conjunto de bases de maior conteúdo legal do mundo, com mais de 50 milhões de páginas de informação. Dentre elas são assinadas as bases *Legal Classics*, *Law Journal Library*, *U.S. Supreme Court Library*, *Foreign & International Law Resources Database* e *Kluwer Law International Journals*.

Para atender os usuários de língua portuguesa, são assinadas bases de dados e revistas eletrônicas das maiores editoras

brasileiras como a IOB, Zênite, NDJ, Revista dos Tribunais, em áreas prioritárias como Direito, além de outras áreas importantes para o processo legislativo tais como Economia, Relações Internacionais, Administração, tributária, fiscal e saúde.

Desde 2007 a página da Biblioteca incluiu a primeira versão da Coleção Digital da Biblioteca. Atualmente, são oferecidos textos digitalizados completos de obras de domínio público, trechos de capas, folhas de rosto e litogravuras da coleção de obras raras e acesso ao texto completo de revistas, jornais e bases de dados disponíveis na Internet.

5.6. Produtos bibliográficos

A Biblioteca do Senado Federal elabora vários produtos para divulgar seu acervo, atender às necessidades de informação de seus usuários, e orientar o trabalho dos bibliotecários na indexação e pesquisa nas bases de dados bibliográficos da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI.

Além disso, com o objetivo de atender a demanda de trabalhos e projetos em discussão no Congresso Nacional, e subsidiar a atuação parlamentar, a Biblioteca do Senado dá sua contribuição preparando bibliografias especializadas. Temas como reforma do Judiciário, controle da constitucionalidade, desarmamento, contribuição previdenciária dos inativos, ecologia e meio ambiente, reforma da Previdência, reforma tributária, Código Civil, segurança pública, lavagem de dinheiro, reforma universitária, reforma política, reforma agrária, questões femininas, reforma sindical, transgênicos, biossegurança, eleições e partidos políticos, entre outros são exaustivamente pesquisados, reunidos em uma publicação, sendo sua distribuição direcionada aos parlamentares e comissões que estejam debatendo os respectivos assuntos.

Dentre as bibliografias especializadas destaca-se a Bibliografia Brasileira de Direito (BBD), que reúne materiais bibliográficos

ficos constantes dos acervos das bibliotecas participantes da RVBI: livros, capítulos de livros, artigos de revistas e de jornais, sobre Direito brasileiro ou estrangeiro, publicados no Brasil, em língua portuguesa ou outro idioma. Desde 1977 era editada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Em 1985, o IBICT, empenhado em estimular a produção e edição, de forma descentralizada, das bibliografias nacionais, consultou a Biblioteca sobre a possibilidade do Senado Federal assumir a responsabilidade pela edição regular da BBD, incluindo o controle bibliográfico retrospectivo, relativo aos anos em que a Bibliografia esteve interrompida.

Vários fatores possibilitaram à Biblioteca do Senado Federal atender ao pedido do IBICT, dentre eles o suporte técnico na área de processamento de dados, propiciado pelo Prodasen; e a existência de farto material bibliográfico. A Biblioteca passou a editar regularmente a BBD, e a partir de 1994 foram incluídos artigos de jornais do Caderno Direito e Justiça do Correio Brasileiro, de autoria de renomados juristas brasileiros, com o objetivo de acrescentar esse tipo de material, até então ausente em bibliografias especializadas.

Inicialmente disponibilizada em versão impressa, foi depois publicada em CD-ROM, e hoje está disponível no portal da Biblioteca na Internet, o que possibilita pesquisas de informações por autor, título e assunto ou quaisquer outros dados com atualização em tempo real.

Para divulgar os livros novos incorporados ao acervo, a Biblioteca publica mensalmente em sua página na internet o *Boletim Novas Aquisições*. Criado em 2002, reúne uma seleção de obras na área de Ciências Humanas, principalmente Direito, Economia, Política, História e Biografia. São digitalizados a capa e o sumário dos livros permitindo ao usuário uma consulta breve ao conteúdo. Outros temas podem ser incorporados ao Boletim Novas Aquisições, em razão do destaque que lhe são dados

no debate político nacional ou em função dos trabalhos das comissões permanentes e especiais do Senado Federal.

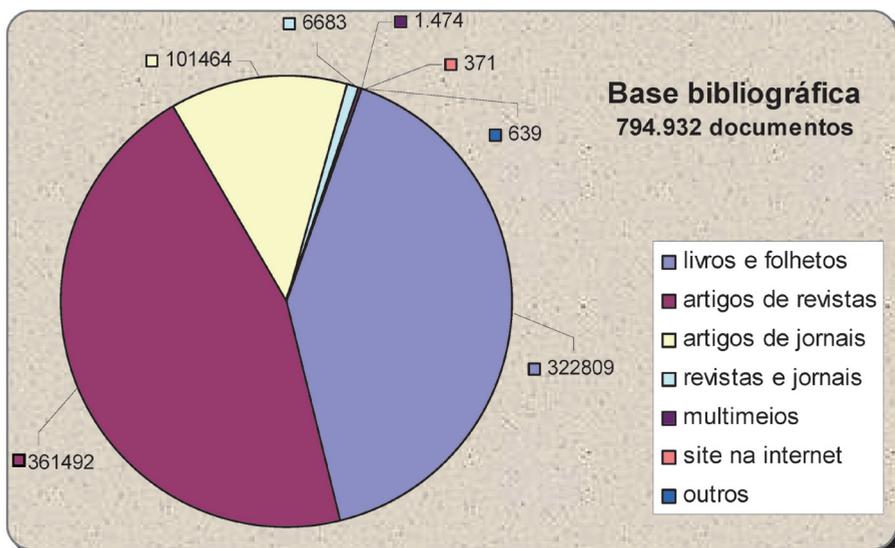
A capa e o sumário das principais revistas recebidas pela Biblioteca estão disponibilizados na publicação eletrônica *Sumários Correntes*, que também se encontram na página eletrônica da Biblioteca. De atualização diária, de acordo com a chegada dos fascículos das revistas na Biblioteca, são digitalizados cerca de 70 títulos de revistas, distribuídas nas seguintes áreas: Direito, Ciências Sociais, Economia; Educação e Política.

5.7. Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI

A Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI é o resultado da união de esforços entre bibliotecas de 14 órgãos públicos do Legislativo, Executivo e Judiciário do Distrito Federal, que formam um catálogo coletivo com cerca de 800 mil documentos, entre livros, artigos de revistas e jornais, coleções de periódicos, obras raras e documentos digitais, segundo demonstra o quadro da página seguinte, com dados de julho de 2010.

A RVBI favorece o acesso a informações atualizadas e pontuais, subsidiando as atividades dos órgãos a que pertencem. A aplicação de novas tecnologias contribui para disseminar o conhecimento de maneira ainda mais ampla, com a abertura de acesso às suas bases de dados, via Internet, à comunidade.

As origens da RVBI estão intimamente ligadas ao início da automação no Senado, em 1972, em decorrência da criação do Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal – Prodasen. A consolidação da Rede nas décadas seguintes levou à criação, em 1997, do Serviço de Gerência da Rede. No início de 2000, um novo sistema informatizado, com o formato bibliográfico utilizado internacionalmente por bibliotecas digitais, com base de dados multimídia, permitiu que a RVBI atingisse os moldes atuais.



O lançamento da RVBI para consulta pública foi realizado em agosto de 2000, na IV Feira Internacional de Livro da Bahia, pelo então presidente do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães. A RVBI transformou-se, assim, em um portal de conhecimento via Internet democraticamente aberta a todos os brasileiros. Em dezembro de 2004, o primeiro-secretário do Senado, senador Romeu Tuma, assinou Protocolo de Intenções entre a Casa e os 14 órgãos do Legislativo, Executivo e Judiciário e do governo do Distrito Federal, formalizando a RVBI.

Em 2010, a RVBI é composta pelas seguintes instituições:

- Advocacia-Geral da União
- Câmara dos Deputados
- Câmara Legislativa do Distrito Federal
- Ministério da Justiça
- Ministério do Trabalho e Emprego
- Procuradoria Geral da República
- Secretaria Especial de Informática do Senado Federal
- Senado Federal
- Superior Tribunal de Justiça
- Superior Tribunal Militar
- Supremo Tribunal Federal

- Tribunal de Contas do Distrito Federal
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
- Tribunal Superior do Trabalho

As normas e procedimentos da RVBI, cuja coordenação cabe à Biblioteca do Senado, mantém a uniformidade e a qualidade no tratamento das informações e o equilíbrio na participação das instituições cooperantes.

O Vocabulário Controlado Básico (VCB) é a linguagem documental adotada pela Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI, com o objetivo de manter a uniformidade da indexação e da recuperação das informações de sua base de dados bibliográficos. Desenvolvido na década de 1980, a partir dos documentos das bases de dados de livros e artigos de revistas da então Rede SABI, o VCB possui descritores de todos os campos do conhecimento científico, com destaque para as Ciências Sociais e Humanas e, neste campo, ênfase no Direito, refletindo as áreas de atuação das bibliotecas participantes da Rede.

No ano de 2002 foi constituído um grupo de trabalho, atualmente denominado Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI,

com o objetivo de reformular e atualizar o VCB, a partir da aplicação de normas para elaboração de tesouros. Sob a coordenação da Gerência da RVBI, da Biblioteca do Senado, e com representantes de algumas bibliotecas da Rede, os integrantes do grupo realizaram estudos teóricos sobre tesouros e participaram de treinamentos específicos, com o objetivo de aprimorar e nivelar seus conhecimentos, já que nem todas possuíam experiência ou formação na área.

O trabalho de atualização do VCB é constante e, além da inclusão de termos novos na base de dados, a Gerência da Rede altera e/ou complementa outros já existentes, com definições, notas explicativas, correções nas estruturas etc. A versão online, disponível na Internet, é atualizada em tempo real, e os recursos de consulta aos termos são amplamente vantajosos, sendo possível pesquisar palavras em vários campos e em qualquer posição desses campos.

A Gerência da RVBI é responsável, também, pela criação e manutenção da base Autorias Padronizada – AUT, que contém entradas para autores pessoais, entidades, congressos e conferências, tratados, planos e programas e títulos uniformes, na forma autorizada para registro na base de dados bibliográficos.

Para zelar pelas condições de integridade e confiabilidade do sistema de informações da Rede, a Gerência da RVBI realiza revisão constante dos dados inseridos diariamente na base bibliográfica. Com a colaboração de bibliotecários das áreas de processamento técnico das bibliotecas da Rede, promove estudos e elabora manuais de trabalho para a padronização da descrição bibliográfica e da análise e representação de assuntos, além de organizar e realizar treinamentos.

5.8. Biblioteca Digital do Senado Federal – BDSF

A coleção digital do Senado Federal armazena, preserva, divulga e dá acesso à produção intelectual dos servidores do

Senado Federal, entre outros documentos de interesse do Poder Legislativo, em formato digital. A biblioteca digital propicia a segurança e preservação da informação, maior visibilidade na internet, maior rastreabilidade em mecanismos de busca e rápida disseminação do conhecimento. A primeira versão da BDSF foi preparada em novembro de 2006 e serviu como base para estudo e validação da estrutura lógica dos dados e da tecnologia de informação que está hoje funcionando.

A partir de um levantamento exaustivo, a Comissão de Estudo da Biblioteca Digital, composta por bibliotecárias e analistas do Prodasen, decidiu – com o apoio do Superior Tribunal de Justiça e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), optar por um software livre, que teve como incentivador o Massachusets Institute of Technology (MIT) e a empresa Hewlett-Packard (HP), instalado em uma plataforma aberta e exportável para que qualquer outra instituição legislativa ou jurídica possa não só ter acesso aos nossos documentos, como também, incorporar seus próprios documentos.

Esta plataforma aberta possibilitará a formação de um conglomerado de bibliotecas do poder legislativo, nos estados e municípios. É nessa perspectiva de gestão cooperativa, de tratamento da informação, da adoção de softwares internacionalmente reconhecidos, e em plataforma livre, do compartilhamento de acervos, da melhoria da formação profissional e da substituição do conceito de desenvolvimento de coleções locais pelo acesso à informação sem fronteiras que foi desenvolvida a BDSF.

A BDSF encontra-se organizada por coleções, tais como: Produção institucional, Direitos do cidadão, Acessibilidade, Constituinte nos Jornais, Banco de notícias, Obras raras, Periódicos, Publicações externas e as publicações dos Senadores, num total de 170.000 documentos.

Dentre os periódicos o destaque é a *Revista de Informação Legislativa (RIL)*, com

artigos publicados no período de 1964 a 2008. A coleção Constituinte nos Jornais foi criada no intuito de celebrar os 20 anos da Constituinte brasileira de 1987 e, para tanto, foram incluídas as matérias jornalísticas desde 1977 a 1989. Com o projeto de digitalização das obras raras da Biblioteca do Senado Federal, essas passaram a ser uma preciosa coleção digital a disposição de historiadores, bibliófilos e pesquisadores.

5.9. Portal da Biblioteca do Senado na Internet

A Internet se torna, cada vez mais, um instrumento indispensável para todos aqueles que trabalham com pesquisa, em qualquer nível. Por meio desse canal interativo de comunicação, a Biblioteca do Senado encontrou mais uma forma de atender aos diversos tipos de demandas de informação que recebe.

Em 12 de março de 1997, é lançada a página da Biblioteca na Internet, disponibilizando o seu catálogo geral, incluindo livros, revistas, recortes de jornais e obras raras. Em 26 de outubro de 2004 foi lançada uma nova versão, com uma nova filosofia de atuação da Biblioteca frente aos seus usuários, quando o desenho da página, mais amigável, foi aperfeiçoado.

Possibilitar que os usuários tenham acesso a uma página na Internet eficiente, limpa e objetiva será sempre uma meta da Biblioteca. Dessa maneira, sempre que for necessário, haverá a inserção de novos itens e reformulações na arquitetura do portal, já que a Internet está em constante e rápida atualização. Prova disso é que a versão atualmente na Internet é a sexta já desenvolvida pela Biblioteca do Senado em conjunto com o Prodasen, e certamente será reformulada, pois em junho de 2010 o Senado lançou seu novo portal.

Não se tratou tornar disponível apenas o módulo de pesquisa do nosso catálogo de livros, artigos e periódicos. O que se pretendeu, foi transformar a página da Biblioteca em mais um canal de comuni-

cação interativo, atendendo aos diversos tipos de demandas de informação. Dessa forma, acrescentaram-se: notícias sobre serviços e atividades prestados pela Biblioteca, eventos promovidos pela Biblioteca, estrutura administrativa e competências dos Serviços e Subsecretarias e Perguntas Frequentes. Quando foi lançada a Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF), em 2007, a página da Biblioteca foi reformulada para que fosse incluída essa nova área, o que tornou a versão atual da página da Biblioteca organizada em 3 grandes áreas: Pesquisa, Conheça a Biblioteca e Acervo digital.

Na área de Pesquisa, localizada à esquerda da página, podem ser feitas buscas nas bases de dados de toda a Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI por: assunto, título, autor, editora, data de publicação e tipo de material. Também é possível navegar pela coleção de cada uma das 14 bibliotecas que integram a RVBI. Além disso, podem ser pesquisadas as bases de dados externas e recursos eletrônicos nacionais e estrangeiros adquiridos pela Biblioteca, o sistema de Informação do Congresso (Sicon), pesquisas nas bases de dados da Agência Senado, da Rede RVBI, constituinte, discursos de Senadores, Legislação Federal, Matérias em tramitação e Recortes de Jornais da Biblioteca. Toda a orientação de pesquisa nas bases da RVBI pode ser encontrada no Guia do Usuário, também disponível nesta área do Portal.

A área central da página foi dedicada à Biblioteca, onde o internauta pode obter informações sobre a sua história e missão, sua organização administrativa e competências, o Regimento Interno e outras normas. Há ainda uma breve descrição sobre a organização do acervo e das coleções de livros, periódicos, recortes de jornais, obras de referência, multimeios, coleção depositária, obras raras, coleção Luiz Viana filho e da coleção especial.

No item Serviços e Produtos o usuário pode obter informações sobre as regras de atendimento, empréstimo, reprodução e

doação de publicações. Entre os produtos da Biblioteca disponíveis no portal estão a *Bibliografia Brasileira de Direito (BBD)* e os Boletins de Novas Aquisições e Sumários de Revistas. O Vocabulário Controlado Básico (VCB) e as Autorias Padronizadas (AUT) auxiliam o usuário na elaboração da sintaxe de pesquisa e, conseqüentemente, na precisão da recuperação.

Informações sobre o histórico e as bibliotecas participantes da RVBI, bem como as publicações elaboradas pelo Serviço de Gerência da RVBI, da Biblioteca do Senado, podem ser acessadas também nesta área central da página.

Para celebrar o centenário de nascimento do patrono da biblioteca Senador Luiz Viana Filho, em 2008, foi disponibilizada uma exposição virtual de sua coleção, incluindo as preciosidades colecionadas pelo acadêmico e bibliófilo, que empresta seu nome à Biblioteca.

A terceira área do site da Biblioteca, localizada à direita, foi criada para abrigar a Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF), permitindo o acesso ao texto integral de documentos digitalizados, que, também, podem ser pesquisados por autor, título, assunto e data.

6. Considerações finais

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, completou 184 anos sem carregar o peso da idade. É hoje um centro onde palpita o trânsito ágil de informações, em que se destacam tanto as publicações em papel como aquelas com os conteúdos em formatos digitais com acesso pela internet.

A própria filosofia de nossa Biblioteca considera que informações precisas, objetivas e imparciais são a matéria-prima para o pleno desenvolvimento da democracia, exercida pelos representantes do povo fortalecendo a relação Senado e o cidadão.

É a informação se transformando em subsídio estratégico, confiável para a ação

parlamentar, na intenção de que serviços de informações de qualidade sejam capazes de aumentar a credibilidade e a eficácia do Legislativo na discussão e formulação de proposições legislativas. Esta informação também permite ao cidadão brasileiro, acompanhar e avaliar, em tempo real, a atuação dos parlamentares brasileiros. Este acompanhamento, graças aos recursos de acessibilidade digital presentes no portal, inclui também àquele cidadão que possui algum tipo de necessidade especial.

A partir da profissionalização de seu quadro funcional, a Biblioteca passou a ter uma crescente evolução de seus serviços e produtos. É hoje uma referência, em que se destacam os conteúdos tanto em formato impresso quanto digital. A Biblioteca alcançou esse nível, sempre em busca de novos conceitos de informação, sem se acomodar como um local estático, conservador e tradicionalista. A própria história demonstra que a Biblioteca acompanhou a evolução do país e de suas instituições.

Por suas características, a Biblioteca tem o senador como o seu principal usuário, e seu objetivo maior é suprir as necessidades de informações do parlamentar, especialmente no processo de elaboração das leis, participação na tribuna e de construção das instituições nacionais.

A Biblioteca precisa estar preparada para atender a uma multiplicidade de solicitações, não só por meio de seu acervo, mas também pelas diversas bases de dados nacionais e estrangeiras, estendendo aos seus usuários os acessos em linha ao conteúdo de documentos. Nesse contexto, as recentes inovações tecnológicas, que mudaram conceitos de gerenciamento de recursos de informação, causaram um rompimento com os modelos tradicionais de bibliotecas, a fim de adaptá-las a uma nova realidade: a de um mundo sem fronteiras e ávido por informações.

A Biblioteca do Senado se mantém atualizada, tanto do ponto de vista do conteúdo, quanto das formas de acesso aos

seus documentos. A Biblioteca se mantém atualizada, tanto do ponto de vista do conteúdo, quanto das formas de acesso aos seus documentos. Coordena, desde 1972, uma rede de 14 bibliotecas que congrega os poderes executivo, judiciário e legislativo. Implantou um moderno site na Internet, em 1997, que hoje se encontra inserido nos padrões internacionais e de acessibilidade. Criou, também, a Biblioteca Digital do Senado Federal, para possibilitar uma maior velocidade de acesso ao texto, som e imagem dos livros, artigos de revistas e jornais, obras raras e outras informações em mídia eletrônica.

O cenário da sociedade da informação está no seio dos embates políticos e econômicos. A mudança nos modos de comunicação pesa fortemente sobre os comportamentos culturais e sociais, alterando as perspectivas do papel das bibliotecas. Elas deverão consolidar, também, uma missão de educadoras, contribuindo para a inclusão digital e proporcionando a construção de uma cidadania plena.

Referências

- BAROUD, José Jabre. A Biblioteca do Senado Federal. In: __. *Senado: fatos ou versões*. Brasília: Alpha, 2009. p. 33-37.
- BIBLIOTECA Acadêmico Luiz Viana Filho: 180 anos de história viva: 1826-2006. Brasília: Senado Federal, Comissão Comemorativa dos 180 anos da Biblioteca do Senado, 2006. 203 p., il., color. + 1 CD-ROM.
- KOEHLER, Wallace. Digital libraries, digital containers, "library patrons", and visions for the future. *The Electronic Library*, Oxford, v. 22, n. 5, p. 401, 2004. Disponível em: <<http://proquest.umi.com/pqdweb?index=8&did=769524101&SrchMode=3&sid=2&Fmt=3&VInst=PROD&VType=PQD&RQT=309&VName=PQD&TS=1138629376&clientId=42542&aid=2>> Acesso em : 31 jan. 2006.
- LODDO, Maria Eliza Nogueira. A informação e a informática na Constituinte. In: SEMINÁRIO A NOVA CONSTITUIÇÃO E AS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS, 1988, Brasília, DF. *Anais*. Brasília, DF: União Parlamentar Interestadual; Associação Nacional para o Desenvolvimento das Atividades Legislativas, 1988. p. 281-289.
- PAZ, Elsita Campos da. Entrevista realizada em 18/06/2010 por Helena Celeste Vieira.
- O SONHO informático de Petrônio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1976.

